

AS VELHAS E NOVAS PERIFERIAS: O CASO DE ALDEIA (CAMARAGIBE-PE)

THE OLD AND NEW PERIPHERIES: THE ALDEIA CASE (CAMARAGIBE -PE)

Ailson Barbosa da Silva¹

RESUMO: O que temos denominado de novas periferias corresponde às áreas periféricas das cidades onde se têm experimentado processos de valorização espacial sob a entrada do mercado imobiliário de alto padrão. Nesse sentido, o presente trabalho analisa as transformações que vêm ocorrendo em Aldeia – área localizada no município de Camaragibe, parte da Região Metropolitana do Recife. Ali, uma série de mudanças vem sendo realizadas como resultado da penetração do mercado imobiliário e de redução do granjismo. Assim, Aldeia vem sofrendo um forte processo de penetração da urbanização metropolitana e uma grande transformação na forma de uso do solo.

PALAVRAS-CHAVE: Aldeia, Camaragibe, Região Metropolitana do Recife, Novas Periferias, Periferias,.

ABSTRACT: What we have called the new peripheries corresponds to the peripheral areas of the cities where it has experienced space recovery processes under the entrance to the housing market of high standard. In this sense, this paper analyzes the changes that have occurred in Aldeia - area in the municipality of Camaragibe, part of the Metropolitan Area of Recife. There, a number of changes are being made as a result of penetration of the real estate and reducing granjismo. Aldeia is experiencing a strong process of penetration of metropolitan urbanization and a major transformation in the form of land use.

KEYWORDS: Aldeia, Camaragibe, Metropolitan Area of Recife, New peripheries , peripheries.

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual do Maranhão – ailson.barbosa.silva@gmail.com

INTRODUÇÃO

O padrão de ocupação das cidades vem mudando paulatinamente. O velho paradigma centro rico *versus* periferia pobre se transforma crescentemente, sobretudo ao longo das últimas décadas quando, cada vez mais, populações de mais alta renda e atividades destinadas a esse contingente populacional passam a ocupar as áreas mais distantes das centralidades urbanas. Logo, esse movimento avança na conformação de um novo padrão de periferia marcada pela valorização espacial e pela presença de um conteúdo social distinto. Além disso, temos chamado esses espaços de “periferia de amenidades” (SILVA, 2015) por serem marcadas pela presença de atributos naturais que agregam valor de mercado aos produtos imobiliários que passam a ser ofertados nessas regiões.

Há autores que propõem chamar essas áreas de periferias – no sentido clássico do termo - ainda que sejam periferias de novo tipo. Contudo, para qualificar essas áreas a literatura contemporânea tem utilizado termos, tais como, “novas periferias urbanas”. O adjetivo “novo” funciona como uma qualidade que se propõe a diferenciar essa porção espacial daquelas que fora tradicionalmente associada às tradicionais periferias dos centros urbanos.

O debate a respeito das novas periferias urbanas (SPÓSITO, 2004) ou novas periferias metropolitanas (COSTA Et Al, 2006) se constitui num tema importante e significativo para a geografia contemporânea e para o conjunto das ciências humanas. Isso porque, estas áreas tem se transformado com grande intensidade ganhando novos usos, funções e significados, além de novos conteúdos sociais (SPÓSITO, 2004). Logo, há uma necessidade de atualização teórica a respeito do tema por parte das ciências sociais, no sentido de avançar mais na compreensão dessas periferias, não segundo os velhos paradigmas que associam as periferias a espaços de pouco valor, mas como espaços que são marcadas por complexidades de formas, usos e conteúdos.

Para tratar das novas periferias, resultado de processos de periurbanização, rurbanização e descentralização urbana (SILVA, 2015), é primordial discutir e diferenciá-las das periferias tradicionais, onde o poder público se faz tradicionalmente ausente e onde a população mais pobre vive e se reproduz.

Se por um lado as periferias tradicionais representaram distância física dos centros e expressão de grande desigualdade social (MOURA, 1996), por outro pode se pensar as novas periferias contendo, também, novas centralidades e a presença de negócios de/e grupos sociais economicamente distintos (RITTER & FIRKOWSKI, 2009). Assim, há uma diferença entre as periferias tradicionais e as novas periferias que precisam ser melhor compreendidas e explicitadas. Cabe aqui destacar que em alguns casos as novas periferias contém, também, periferias clássicas. As novas periferias não excluem as periferias tradicionais, muito pelo contrário. Em diversos casos, tal como mostrado por Silva (2011) o espaço valorizado destinado às famílias de mais alta renda tende a atrair trabalhadores pobres que buscam se fixar na região em função das possibilidades de trabalho que podem surgir a partir da presença de negócios e famílias de alta renda.

Nesse sentido, é importante diferenciar o que temos compreendido como novas periferias daquilo que tradicionalmente se chamou de periferia e que temos preferido chamar de periferias clássicas.

Para Maricato (1995) a década de 1940 foi assumida pela sociedade brasileira como momento de avanço em direção à modernidade e superação do tradicional mundo agrário, representativo daquela realidade arcaica. Décadas depois o que se viu como resultado foi a elaboração de uma imagem da cidade, sobretudo das periferias, marcada pela “violência, poluição, criança desamparada, tráfego caótico, entre outros inúmeros males” (MARICATO, 1995, p.29).

Os acontecimentos elaborados ao longo das décadas seguintes, e hoje ainda, são reveladores de que a urbanização e o crescimento da desigualdade resultaram numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza (MOURA, 1996).

Para Santos (1986, p.2)

A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da velha república, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos.

Neste sentido, Matos (2006, p.61) afirma que “a componente mais decisiva a explicar a expansão das periferias urbanas no país passa a ser a migração”. Este movimento de atração, sobretudo para as grandes cidades, muitas das quais embriões de regiões metropolitanas, resultou em aglomerações gigantescas e muitas das quais demograficamente excessivas.

As cidades foram recebendo novos contingentes populacionais que ora fugiam dos problemas da crise agrária brasileira, ora eram atraídos pelo advento da urbano-industrialização que vendiam falsos sonhos de prosperidade. Ao chegar ao destino, as massas migratórias depararam-se com uma realidade cruel: a maioria das cidades não estava preparada para receber um contingente populacional excessivo que precisava morar, trabalhar, estudar, enfim viver. Grande parte desse contingente, sobretudo aquele financeiramente mais frágil, foi empurrada para as áreas rejeitadas pelo mercado, em geral morros e alagados, muitas das quais nas periferias distantes, produzindo espaços frágeis estrutural e ambientalmente. O resultado foi a expansão de áreas marcadas pela pobreza e conseqüentemente pela violência.

Se num primeiro momento as cidades foram tomadas como espaço de modernidade e “salvação”, com um tempo tornaram-se sinônimo de problema e desesperança. As massas humanas que rumaram em direção aos grandes centros urbanos brasileiros, principalmente para as regiões metropolitanas, encontraram verdadeiros espaços insalubres, de exclusão e precariedade.

Aos mais pobres não coube outra opção senão ocupar os morros, terrenos alagadiços ou aquele de pouco interesse para os agentes da produção da cidade. Para permanecer nesses espaços, em muitos casos, foi necessário enfrentar a ordem. A permanência na cidade não se deu de forma sempre pacífica e aceitável. É importante lembrar que desde a primeira parte do século XX várias cidades brasileiras empreenderam programas higienistas, buscando expulsar a população mais pobre de áreas estratégicas para o mercado, em muitos casos ex-escravos, sinônimo de epidemias e problemas (MATOS, 2006).

Para Moura (1996, p. 19)

No Brasil, o crescimento acelerado de algumas capitais fez com que, na década de 70, começassem a se tornar evidentes as Regiões Metropolitanas, com seus volumes

crecentes de demandas e tensões sociais. Paralelamente a essas Regiões Metropolitanas, inúmeras outras aglomerações urbanas – resultado da expansão da ocupação de mais de um município, formando continuidade – consolidaram-se em todo o país, tanto em redor de capitais estaduais como em redor de cidades de médio porte.

Para absorver os mais pobres um conjunto de periferias se desenvolveu, sobretudo no entorno das grandes e médias cidades, sendo elas destino de parte das famílias social e economicamente excluídas. É no bojo da negação à terra que surgiam inúmeros movimentos sociais no Brasil, em função da luta pelo direito à cidade e por melhorias em termos de infraestrutura. A esse respeito ver Moisés (1985).

A produção das periferias pobres, fruto da incapacidade de atendimento das demandas estruturais por parte do Estado, tal como da inexistência e/ou ineficiência das políticas urbanas, gerou, problemas em diversas ordens, dentre elas a ambiental (MATOS, 2006). Os rebatimentos da problemática ambiental afetaram ecossistemas diversos gerando situações insustentáveis. Por fim, foram e continuam sendo os mais pobres quem mais sofre com as consequências dos problemas relacionados ao meio ambiente.

No debate a respeito das periferias clássicas é importante não esquecer os elevados custos com transportes para os trabalhadores mais pobres gerados pelo deslocamento diário casa-trabalho (KOWARICK, 2000). Esta condição afeta exclusivamente os trabalhadores assalariados que precisam destinar parte de suas rendas para a mobilidade intra-urbana. Some-se a este fato a precariedade de serviços públicos como saúde, saneamento e educação.

A ineficiência das políticas públicas para população mais pobre, o conseqüente processo de periferização e o aprofundamento das condições de pobreza também acarretou outro grave problema: a violência urbana. Para Ermínia de Maricato (1995, p.42) “A novidade trazida pelo aprofundamento da pobreza nos anos 80, foi a explosão da violência urbana, que apresenta números e dimensão até então inéditos”. Assim, se de um lado as famílias pobres precisaram aprender a conviver com as problemáticas estruturais, ambientais, econômicas e de violência, por outro as famílias de média e alta renda passaram a adotar diversas estratégias

de distanciamento dessa realidade. A fuga para áreas mais distantes das cidades problemáticas surge, pois, como opção.

O escapismo dos problemas urbanos surgia como opção para quem podia pagar. Assim, a fim de garantir uma pseudo-segurança adotaram-se estratégias como segurança privada, cercas elétricas, controle de acesso, câmeras 24 horas, ronda privada, muros altos etc. Mas nem tudo se resumia à violência. Existiam outros problemas enfrentados pelas grandes aglomerações (mobilidade urbana, poluição, ineficácia do Estado, luta de classes etc.) que se tornava cada vez menos atrativa a vida nas cidades. A poluição visual, sonora e do ar, o excesso populacional, os congestionamentos, o lixo, os problemas estruturais, a pobreza etc. tornaram-se elementos da cidade contemporânea que contribuíram para seu processo de saturação.

Dessa forma, o mercado imobiliário se viu obrigado a oferecer um novo tipo de produto habitacional que se diferenciasse do conjunto de problemas que, agora, marcavam as áreas centrais das cidades. Logo, a periferia se tornou destino principal dos novos investimentos imobiliários por parte do mercado. Esse processo envolveu, dentre outros sujeitos, os proprietários de terras que, por sua vez, incluíram no jogo de expansão das cidades o estoque de terra disponível. Por sua vez, o Estado atuou fortemente alterando legislações e promovendo infraestrutura necessária para que o mercado imobiliário pudesse expandir sua atuação para as periferias.

As “novas periferias” foram se transformando como resultado da estratégia de acumulação por parte do mercado imobiliário que, frente ao esgotamento de terras nas áreas centrais de muitas cidades e diante da emergência de novos paradigmas residenciais, adotou estratégias de marketing voltadas a associar o distanciamento da cidade como aspecto de qualidade de vida, *status* e segurança.

NOVAS PERIFERIAS

O termo “novas periferias” busca dar conta de novas espacialidades que surgem no contexto das cidades contemporâneas como resultado do avanço da urbanização para áreas de interface rural-urbana. Desta forma, as novas periferias contrariam o clássico sentido de periferia negativizada pela pobreza e dão um novo

sentido aos espaços periféricos que se reproduzem como resultado das estratégias empreendidas pelo mercado.

Para destacá-las das tradicionais periferias problemáticas, amplamente debatidas pela literatura brasileira, essas espacialidades ganham, pois, adjetivos como *status e amenidades*.

É nesse sentido que Costa (2006) afirma:

Referimo-nos às Novas Periferias Metropolitanas para nomear os processos de reprodução contemporânea da metrópole em toda sua complexidade, com ênfase na expansão urbana, nos espaços de interface entre construído e o não construído, entre as áreas de ocupação densa e as áreas de preservação, entre os espaços consolidados e aqueles em processo de transformação. Além disso, queremos também enfatizar os processos políticos daí decorrentes, em especial aqueles que busquem romper com as tentativas de identificação mimética com o centro – estilos de vida, padrões de consumo, valores culturais -, e apontem para a virtual construção de Novas Periferias autônomas e solidárias.

Esse processo é relativamente novo no Brasil remontando o processo de expansão das cidades e de saturação das aglomerações urbanas. Contudo, em outros países o referido processo é mais antigo e tendo, em muitos casos, origem em fatores bem parecidos daqueles que vêm sendo experimentados no caso brasileiro. Nesse sentido, Egler (2001, p.15) assinala que “o processo de expansão dos espaços periféricos começou cedo nos países anglosaxões onde a classe média já estava migrando rumo aos primeiros *subúrbios* no início do século XX”. Segundo o autor, o objetivo desse movimento rumo à periferia era procurar melhor qualidade de vida fora das grandes cidades, que apresentavam disfunções afetando o cotidiano da população, tais como: congestão viária, criminalidade, poluição, preço elevado dos aluguéis etc.

Discutindo o caso europeu, Asensio (2001) destaca que o movimento das famílias para aos subúrbios vem acontecendo, principalmente, entre famílias com filhos menores, jovens casais e entre famílias de mais alta renda que buscam manter-se em contato com a natureza ou ter acesso a moradia própria.

Uma experiência que merece destaque corresponde ao processo americano de suburbanização. Ali, desde meados do século XIX, uma grande massa de famílias se deslocou para os novos subúrbios americanos. O fenômeno que se desenvolveu nos Estados Unidos, em certa medida, influenciou o processo em diferentes países, tais como o Brasil.

As novas periferias são resultado de processos de periurbanização residencial de alto padrão e descentralização urbana. Esses processos precisam ser distinguidos daquele clássico processo de periferização brasileiro. Utilizamos, pois, o conceito de periurbanização de alto padrão e descentralização urbana para tratar de processos que dão origem à novas periferias de *status* e amenidades (SILVA, 2015). Enquanto isso, o conceito de periferização é utilizado para fazer referência à produção de áreas pobres e marcadas pela precariedade ambiental, social, estrutural e econômica.

Para Spósito (2004) o processo de produção de novas periferias no Brasil decorreu de um conjunto de três fatores principais:

- i) influência dos princípios do urbanismo progressista, fortemente apoiado nas ideias de Le Corbusier, teve papel fundamental na ampliação territorial das cidades, durante o século XX. A leitura da Carta de Atenas possibilita a apreensão dos princípios que sustentavam essa proposta. A ideia de diminuição da densidade dos assentamentos urbanos, por meio da convivência, nas cidades, entre áreas construídas e áreas verdes foi um vetor da extensão urbana.
- ii) Os interesses fundiários e imobiliários são, sem dúvida, os motores principais da extensão da cidade. A lógica de produção do espaço urbano tem sido orientada pela implantação de novos loteamentos e pelo contínuo lançamento de novos produtos imobiliários de forma a se atingir novos consumidores e/ou se estimular novas demandas àqueles que já haviam consumido esses produtos imobiliários anteriormente.
- iii) Por último, é preciso lembrar que a tendência à contínua expansão territorial urbana, verificada no século XX, constitui expressão das

possibilidades técnicas que a invenção da geladeira e do transporte automotivo propiciaram. Se o trem e o bonde tiveram grande importância na origem do padrão de suburbanização que se originou na segunda metade do século XIX, a difusão do uso do automóvel foi fundamental para o aparecimento de novas formas de habitat urbano que geraram novas práticas socioespaciais, a partir da década de 1920 nos Estados Unidos, e logo depois da 2ª Guerra Mundial na Europa.

O processo que se estabelece em nível nacional é resultado de um ideal que se buscou contrapor a dispersão em relação à aglomeração e os novos produtos imobiliários como opção aos estoques envelhecidos. Soma-se, pois, o desenvolvimento de tecnologias, de transporte, comunicação e os novos valores rurais e ecológicos, que possibilitou a criação de novas centralidades na periferia.

Segundo Lago (2006) existe, hoje, uma forte tendência de mudança no padrão do espaço metropolitano brasileiro. Isto tem produzido uma nova configuração urbana rompendo-se, pois, com o velho modelo centro *versus* periferia. O processo de elaboração das novas periferias, para onde tenderam a se deslocar investimentos e famílias de maior poder renda, acompanhou, pois, a emergência de novos ideais e paradigmas da sociedade contemporânea. Foi quando a cidade passou a enfrentar uma realidade problemática e de deseconomias que as periferias passaram a ser tomadas como espaço de prestígio. Para Bhering e Monte-mór (2005) nos últimos 20 anos as cidades vêm crescendo, principalmente, em direção às suas periferias produzindo um novo tipo de periferia valorizada.

Em verdade, estes espaços passam a receber demandas e contingentes populacionais urbanos, servindo, pois, como espaço alternativo ou de fuga, como temos preferido chamar.

É interessante atentar para o fato de que muitas dessas novas periferias são espaços preteritamente rurais e que mais e mais ganham funções e conteúdos urbanos. Em alguns casos são, também, áreas de reserva da expansão ou de preservação. No jogo da urbanização esses espaços buscam manter seus aspectos de ruralidade como forma de agregar valor midiático e mercadológico para os novos negócios. Tal estratégia fica mais evidente quando os produtos urbanos ali

produzidos ganham valorização em função dos elementos rurais e naturais existentes. Assim, criam-se vetores residenciais de alto padrão onde se reproduz simulacros da cidade na forma de condomínios fechados verdadeiras fortalezas nas quais grupos economicamente abastados manterão um distanciamento dos problemas da cidade real (CALDEIRA, 2000).

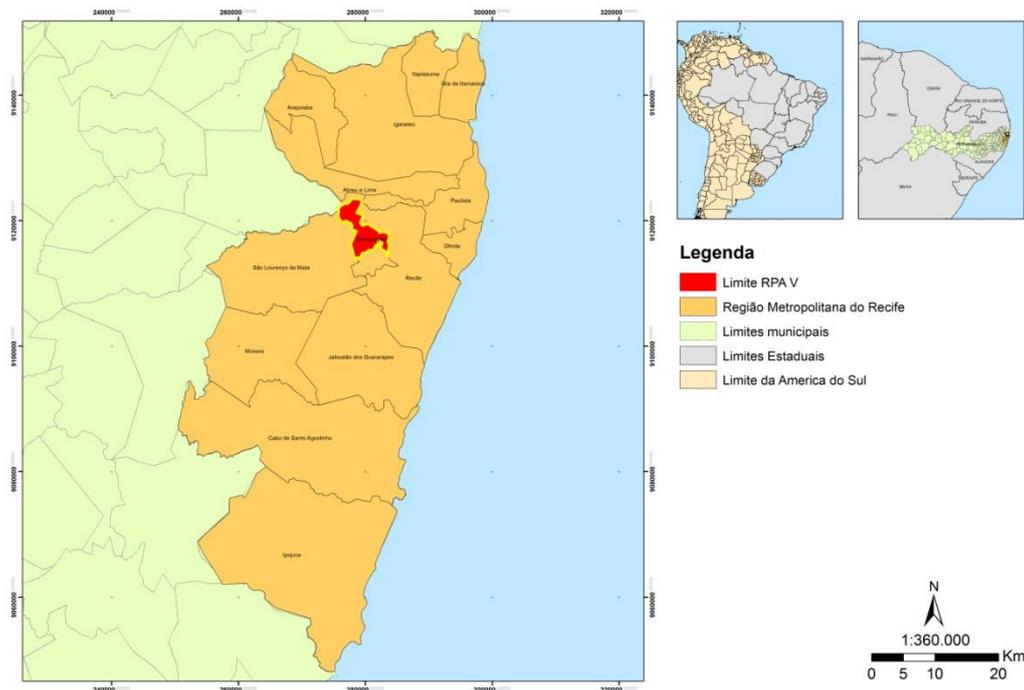
ALDEIA (CAMARAGIBE-PE): DE PERIFERIA DESPREZADA À PERIFERIA DE STATUS E AMENIDADES

Aldeia corresponde à RPA (Região Político-administrativa) cinco do município de Camaragibe². Localizada na parte do município, Aldeia se destaca por possuir a menor densidade populacional dentre as RPAs do município e por concentrar mais da metade da área do território municipal.

Aldeia é marcada, ainda, pela existência de um importante patrimônio ambiental para o conjunto da RMR (Região Metropolitana do Recife) e pela presença de famílias de classe média, em sua grande maioria originária do Recife e que encontraram na localidade um espaço alternativo à problemática urbana metropolitana recifense (SILVA, 2015).

Figura 1: Localização de Aldeia em relação ao município de Camaragibe e RMR.

² O município de Camaragibe se localiza na Região Metropolitana do Recife. O município se situa à Oeste da capital pernambucana e está dividido em cinco Regiões Político-administrativas.



Aldeia se origina em função da decomposição dos antigos engenhos Timbi e Camaragibe. Segundo Costa (1960) diversos proprietários de engenhos, frente ao esgotamento de suas atividades, viram-se obrigados a desfazer-se de suas terras. “Não podendo ou não querendo recuperá-lo [os proprietários de terras] preferiram lotear [os engenhos] ou auferir a renda resultante que é bastante considerável” (COSTA, p.74).

Costa (1960) destaca que já nos anos 1960, havia na localidade uma significativa quantidade de unidades produtivas que, localmente, ganhavam o nome de granjas. Estas unidades, em sua grande maioria, serviam como espaços de lazer de fim de semana para as famílias de classe média recifense. Dessa forma, muitas das granjas eram compostas por pequenas áreas de produção rural e de casas suntuosas que lembravam os subúrbios americanos (COSTA, 1960).

Segundo Miranda (2008) o termo granja está associado à ideia de pequenas unidades rurais produtivas de uso avícola e/ou hortifruticultora com dimensões que variam de 1,0 ha a 20,0 ha, fruto do loteamento rural. Além da atividade agrícola, as granjas estão associadas atualmente ao uso de lazer e de primeira e segunda residência. “Muitas vezes localizadas dentro do perímetro urbano, as granjas deixam de ser um lote rural, porém conservam a toponímia. Denominam-se como granja o

que comumente se designaria como chácaras, por seu uso e proximidade do centro urbano” (MIRANDA, 2008, p.267).

É interessante destacar que a produção agrícola local tinha um caráter bastante particular, sendo prioritariamente destinado ao uso próprio das famílias produtoras. Nesse sentido, Costa (1960) fala da “produção mala de carro”, já que de tão pequena produção as famílias conseguiam transportar os produtos ali produzidos por meio do carro particular.

Silva (2015) destacou que a conformação do granjismo³ em Aldeia foi muito influenciado pelas políticas de desenvolvimento regional do Nordeste que enxergava a necessidade de constituição de um centro de produção alimentar no entorno da RMR. Assim, nos anos 1950, foi criado, através do decreto nº 40.554 de 14 de dezembro de 1956, o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) encarregado de apresentar um novo projeto para reorientar o desenvolvimento socioeconômico da Região. Como proposta deste grupo foi elaborado um relatório denominado “*Uma Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste*”, que apresentava ideias relacionadas à questão da terra.

A proposta mais interessante, quanto à pequena produção rural, foi a de reorientar a produção agrícola na faixa úmida da Região Nordeste, visando a produção de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno. Nesta direção, a estrutura fundiária da Zona da Mata pernambucana deveria ser modificada para viabilizar a expansão da pequena produção, no sentido de formar um “cinturão verde” no entorno das cidades que se industrializavam (SUDENE, 1978, p.89). Desta forma, a formação de um cinturão verde no entorno do Recife, capaz de atender às necessidades alimentares da população local, impulsionou o fenômeno granjeiro na região⁴.

³ O granjismo corresponde a um neologismo elaborado para dar conta de um processo de formação de uma tipologia imobiliária marcada pela implantação de unidades produtivas e segunda residência no entorno da RMR. Esse processo remonta a meados do século XX com forte presença nos municípios limítrofes à capital recifense.

⁴ Além de Camaragibe, Costa (1960) identificou um processo de expansão granjeira para municípios como São Lourenço, Paudalho, Carpina e Limoeiro. Contudo, preconizava a autora, pode “em futuro próximo haver uma transformação do eixo de escolha” das novas localizações do granjismo. É interessante perceber que há, em verdade, um crescente desinteresse pela atividade granjeira e uma alteração na estrutura do granjismo contemporâneo.

O granjismo permaneceu forte durante algumas décadas, sendo que desde o início do século XXI, as atividades vêm perdendo força na região sendo substituída, predominantemente, por negócios imobiliários na forma de condomínios horizontais fechados para a classe média. Silva (2015) identificou uma grande decadência da produção granjeira na região, em um trabalho de campo realizado no final de 2014. O autor constatou a existência de apenas cinco granjas em funcionamento. A concorrência com grandes empresas produtoras e a criação da CEASA em meados do século XX, contribuíram para o fim das atividades de muitas granjas locais.

O resultado do declínio da produção granjeira tem favorecido um processo de adaptação das granjas à atividades tipicamente urbanas. Dessa forma, são encontrados usos como lazer e hotelaria. Por outro lado, um significativo número de unidades granjeiras se transformaram em moradias permanentes ou de segunda residência para muitas famílias. O fenômeno da fixação da moradia em Aldeia é mais recente e surge como espaço alternativo à problemática urbana recifense num contexto de saturação do núcleo metropolitano. Assim, as famílias que decidem se fixar na região são motivadas por fatores como as condições *status*, exclusividade e revalorização do modo de vida rural (SILVA, 2015).

Se Aldeia é vista atualmente como espaço valorizado e de qualidade de vida, nem sempre foi vista dessa forma. Segundo Silva (2011) um morador de Aldeia destacando o processo de valorização da região afirmou:

“Certa vez o prefeito Pelópidas Silveira foi perguntado onde os pobres iriam morar. Ele disse dos macacos pra lá, ou seja, de Dois Irmão pra cima [logo, Aldeia]. Hoje são os ricos que estão vindo pra cá”.

Desde o final dos 1990, um grande movimento de famílias de renda média passa a escolher Aldeia como local de moradia. Como já destacado, parte das tradicionais unidades granjeiras se transformaram em moradias permanentes, ao mesmo tempo em que vários empreendimentos imobiliários – na forma de condomínios horizontais – passaram a ser produzidos na região atendendo a uma demanda crescente de moradias para classe média fora do núcleo tradicional da RMR.

Como apresentado no quadro 1, a partir da sistematização de dados da Agência de Planejamento de Pernambuco (COMDEPE-FIDEM), o município de Camaragibe concentra a maior parte dos pedidos de parcelamento do solo para fins de criação de condomínios na RMR. Cabe destacar, ainda, que parte dos antigos clubes de lazer da região se transformou em condomínios residenciais, enquanto granjas e chácaras de lazer foram sendo progressivamente substituídas por esses empreendimentos como mostrou Silva (2011).

Quadro 1: Parcelamento do solo para fins de criação de condomínios por município, nome, período de anuência e gleba

Município	Nome do parcelamento	Ano de anuência	Área total Gleba
Igarassu	Ilharamares de Igarassu	1980	9,7828
Camaragibe	Estância Rica Flora	1981	17,6280
Paulista	Marinas do Pontal	1981	1,6320
Jaboatão	Conjunto Residencial Curado	1992	1,9000
Recife	Privê Três Marias	1998	8,6800
Camaragibe	Torquato Castro	2000	6,3132
Camaragibe	Country do Vale Verde	2001	4,0000
Camaragibe	Conjunto Residencial Bela Vista	2001	1,6690
Camaragibe	Vale de Aldeia	2001	4,0896
Camaragibe	Flor do Araçá	2002	18,3865
Camaragibe	Residencial Camaragibe	2002	0,7963
Camaragibe	Divinópolis	2003	14,1800
Igarassu	Tropical Village	2003	14,0100
Camaragibe	Vila Bela D'aldeia	2004	10,0000
Jaboatão	Vila Três Lagoas	2005	99,5400
Camaragibe	Flor da Mata	2006	6,0810
Moreno	Brisas do Vale	2006	15,4580
Camaragibe	Quatro Estações	2007	3,0000
Camaragibe	Maria Eduarda	2007	3,4220
Itapissuma	Quinta da Bella Vista	2007	10,9358
Camaragibe	Jardins Tivoli	2008	60,2001
Camaragibe	Conjunto Metropolitana Região	2008	1,000
Jaboatão	Club da Barra	2008	4,1150
Camaragibe	Santa Helena	2009	12,4660
Camaragibe	Privê Paraíso	2009	3,3331
Abreu e Lima	Conjunto Dom Helder Câmara	2010	2,0804
Camaragibe	Luar de Aldeia	2010	20,0448
Igarassu	Jardim Village	2010	15,3625
Moreno	Sete Lagos	2010	25,7641
Moreno	Alameda do Ipês	2010	27,1797
Camaragibe	Recanto do Vale	2011	4,2998

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2012. Organizado por Ailson Barbosa.

Andrade (2006) identificou um grupo de “conjuntos residenciais” que funcionam como condomínios fechados, mas possuem condição ilegal. Para a

autora, muitos desses conjuntos se auto-intitulam dessa forma por temerem sanções da Lei 032/97, preferindo, pois, não se denominar condomínios. “Suas construções são anteriores a aprovação da Lei, por isso não cumprem integralmente suas exigências” (ANDRADE, 2006, p.208).

Os condomínios horizontais de Aldeia reforçaram uma tendência de descentralização e periurbanização residencial na RMR, ainda que permaneça no núcleo recifense uma forte tendência à verticalização. É possível perceber uma desaceleração da produção de condomínios em Aldeia que se justifica pelos impedimentos relacionados à legislação ambiental somado ao esgotamento de terras na região. Tal situação vem influenciando na penetração dos investimentos imobiliários na forma de condomínios de luxo em direção à Zona da Mata pernambucana. Assim, vem se produzindo um transbordamento da lógica imobiliária para além dos limites da região metropolitana chegando, pois, a municípios da Zona da Mata.

A localidade ainda possui símbolos de *status*. Viver em Aldeia, sobretudo nos condomínios horizontais, possui um significado positivo e de representação do poder financeiro da família. Por outro lado, a presença de famílias de padrão de renda médio e alto ainda seduz famílias recifenses a vir morar na região em busca daquilo que Abramo (2007) denominou de convenção urbana.

Se Aldeia se constitui, pois, numa nova periferia de *status* e amenidades (SILVA, 2015) não excluiu de seu espaço as periferias clássicas. A localidade possui em seu território a presença de uma periferia pobre marcada por problemas estruturais e pela presença de famílias de mais baixa renda (SILVA, 2011). Assim, Aldeia demonstra que a constituição de uma nova periferia de *status* e amenidades não exclui as periferias clássicas, pelo contrário, as atrai e se alimenta delas.

Aldeia já passa a experimentar problemas urbanos inexistentes até o início do século XX. Assim, se a região se constituiu sob o signo da qualidade de vida associada à paz e segurança, agora vivencia o enfrentamento aos problemas tipicamente urbanos como violência, tráfico de drogas, congestionamentos, pobreza e poluição sonora. Nesse sentido, a comunidade local vem se organizando por meio de um movimento social local que alia pautas urbanas à pautas ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, conclui-se que Aldeia é uma nova periferia em transformação. A localidade que outrora se constitui como espaço alternativo à problemática urbano-metropolitana recifense passa, aos poucos, a reproduzir os problemas que se propôs solucionar.

O processo de saturação do núcleo urbano metropolitano serviu fortemente como motivação para o deslocamento das famílias do centro para a periferia metropolitana. Por outro lado, esses mesmos problemas atuaram como argumentos para o mercado imobiliário que passou a vender a localidade de Aldeia como alternativa ao espaço problemático do Recife (SILVA, 2015).

Assim, o que se processou foi o processo de valorização da periferia metropolitana e o avanço de famílias em fuga para essas novas periferias. Aqui cabe revelar que o movimento das famílias não se deu em direção às tradicionais periferias pobres e problemáticas, mas em direção a uma nova periferia marcada por signos de *status* e exclusividade, além da presença de amenidades ambientais agregando-lhe valor mercadológico.

A conformação da nova periferia de Aldeia não excluiu a constituição de periferias clássicas, nem mesmo evitou a reprodução dos problemas urbanos enfrentados no núcleo metropolitano recifense. Dessa forma, o espraiamento da urbanização em direção à periferia levou consigo a problemática típica das grandes aglomerações urbanas, a problemática ambiental e o desrespeito às legislações vigentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. A cidade caleidoscópica coordenação e convenção urbana. Uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana/Pedro Abramo. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ANDRADE, Ana Karina Nogueira de. O lugar em Aldeia: significado, valores, percepções e atitudes dos moradores dos condomínios residenciais em Aldeia, Camaragibe – PE/ Dissertação - Ana Karina Nogueira de Andrade – Recife: o autor, 2006.

ASENSIO, Pedro José Ponce. *Cambios sociales y espaciales en espacios perirurbanos del País Valenciano*. Un caso particular: El Puig de Santa María. Trabalho de fim de curso. 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros, segregação e cidadania em São Paulo/Teresa Pires do Rio Caldeira. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. ET AL. Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades do eixo sul/Heloisa Soares de Moura Costa. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COSTA, Yara Maria Marinho da. O fenômeno do granjismo e os loteamentos em Carpina. In Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: FUNDAJ, 1960.

EGLER, Claudio A. G. Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil configuração e dinâmica da rede urbana. Petrópolis: 2001.

KOWARICK, Lucio. Escritos urbanos. São Paulo: Ed 34, 2000.

LAGO, Luciana Correa do. A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão. In Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades do eixo sul/Heloisa Soares de Moura ET AL. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARICATO, Erminia de. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência. São Paulo: Autora, 1995.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Reflexões acerca da expansão da grande cidade na atualidade e de seu papel na expulsão e recepção de população. In Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades do eixo sul/Heloisa Soares de Moura ET AL. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE. Tese/Livia Miranda. – Recife: O autor, 2008.

MOISES, J. A. Cidade, povo e poder. 2 a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOURA, Rosa. O que é periferia urbana/Rosa Moura. – São Paulo: Brasiliense, 1996.

OJIMA, R.; HOGAN, D.J. Crescimento Urbano e Peri-Urbanização: Redistribuição Espacial da População em Novas Fronteiras da Mudança Ambiental. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília. Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Campinas : ANPPAS, 2008.

RITTER, Carlos. FIRKOWSKI, Olga Lucia. Novo conceitual para perspectivas urbanas. Revista Geografar/Resumos VII Seminário Interno de Pós-graduação em geografia. Curitiba, 2009.

SANTOS, Carlos Nelson dos. Está na hora de ver a cidade como elas são de verdade. Rio de Janeiro: IBAM, 1986.

SILVA, Ailson Barbosa da. A questão periurbana e o novo espaço de oportunidades da Região Metropolitana do Recife: o caso de Aldeia (Camaragibe/PE). Revista Percurso - NEMO Maringá, 2012.

SILVA, Ailson Barbosa da. A reconfiguração de uma periferia de amenidades: à procura da natureza em Aldeia. Recife: Novas edições acadêmicas, 2015.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, núm. 54, 2004, pp. 114-139*

SUDENE. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (GTDN). 3ª edição, Recife, 1978.

Recebido em: 20/09/2015

Aceito para publicação em: 20/11/2015